

ACTA N.º 25/2011

-- Aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e onze reuniram-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, em Maфра, os representantes das entidades que, nos termos dos números um e dois do artigo quinto, do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, datado de quinze de Janeiro, na nova redacção dada pela Lei número quarenta e um de dois mil e três, de vinte e dois de Agosto, constituem o Conselho Municipal de Educação de Maфра, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Período de antes da ordem do dia; 2) Votação da acta número vinte e quatro; 3) Utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no primeiro ciclo do ensino básico – Sinopse referente aos Agrupamentos de Escolas; 4) Apresentação dos resultados dos relatórios clínicos individuais, resultantes da observação odontopediátrica, no âmbito do Protocolo de Colaboração entre o Município de Maфра e a Policlínica de São Pedro da Malveira; 5) Protecção Civil – Sessões de sensibilização à comunidade educativa (tema proposto pelos serviços da Segurança Social); 6) Divulgação da Semana da Infância do Agrupamento de Escolas Professor Armando de Lucena – Malveira (tema proposto pelo pessoal docente da educação pré-escolar pública). -----

-- Estiveram presentes: o Senhor Engenheiro José Maria Ministro dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Maфра e responsável pelo pelouro da Educação; o Doutor Joaquim Sardinha, Presidente da Assembleia Municipal de Maфра; a Doutora Isabel Zagalo, em representação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; o Senhor José Quintã, representante das Juntas de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal; a Doutora Margarida Branco, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; o Doutor Alfredo Carvalho, em representação do pessoal docente do ensino básico público; a Educadora Helena Leocádio, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; o Doutor Agostinho Ribeiro, em representação dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privados; o Senhor Carlos Miguel Santos e o Senhor Rui Pais, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; o Senhor Pedro Pessoa, em representação das Associações de Estudantes; a Doutora Susana Correia, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem actividade na área da Educação; a Doutora Cidália Soares, em representação dos Serviços da Segurança Social; o Doutor António Lopes, em representação dos Serviços de Emprego e Formação Profissional; e o Cabo Hélder Castanho, em representação das Forças de Segurança. Faltou a Doutora Noémia Gonçalves, em representação dos Serviços Públicos de Saúde. Assistiram à reunião a Directora do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Maфра, Doutora Paula Cordas, e a Doutora Helga Leite, em representação da Policlínica de São Pedro da Malveira. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião quando passavam quarenta e quatro minutos das nove horas, introduzindo o período de antes da ordem do dia. -----

-- Tomou a palavra o Senhor José Quintã, felicitando a Câmara Municipal de Maфра pela acção desenvolvida na requalificação e modernização do parque escolar. No entanto, disse que lhe

compete recordar que existem duas freguesias do Concelho – Sobral da Abelheira e Vila Franca do Rosário – ainda não contempladas com o novo modelo de espaço educativo. Mais afirmou que, ao invés das intervenções solicitadas pela Associação de Pais para a conservação do actual edifício da Escola Básica do primeiro ciclo do Sobral da Abelheira, gostaria que se procedesse à construção de uma nova escola, em defesa dos interesses dos alunos e não dos seus pais e avós. Disse, ainda, ter verificado que cem por cento dos alunos do referido estabelecimento de ensino estão inscritos nas actividades de enriquecimento curricular, mas nenhum em prolongamento de horário, serviço que é inexistente. Avaliando estes números, concluiu que se verifica a necessidade do mesmo. Finalizando a sua intervenção, informou que, no âmbito do transporte escolar, a Junta de Freguesia do Sobral da Abelheira presta serviço a oito alunos, com uma carrinha que foi cedida pela Câmara Municipal. -----

-- Interveio o Senhor Rui Pais, salientando que os pais e encarregados de educação não têm qualquer interesse egoísta na manutenção dos alunos na actual escola. Porém, enquanto ali permanecem, devem estar acauteladas todas as condições de bem-estar e segurança. -----

-- Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, em devido tempo e colocando sempre os interesses das crianças em primeiro lugar, desenvolveu as diligências necessárias à definição de soluções educativas adequadas para os alunos das duas freguesias mencionadas, mas que estas foram rejeitadas pelas populações. No caso de Vila Franca do Rosário, a Autarquia propôs a construção de um novo Jardim de Infância no actual terreno da Escola Básica do primeiro ciclo e a transferência dos alunos do primeiro ciclo para o complexo escolar da Enxara do Bispo, recentemente construído. Já no caso do Sobral da Abelheira, o projecto da Autarquia passava pela edificação de um estabelecimento de ensino no sítio conhecido por "alto do Sobral da Abelheira", junto às novas acessibilidades rodoviárias, servindo não só as crianças da freguesia, mas também as das localidades limítrofes. Ora, estas soluções não foram acolhidas pelas populações e, entretanto, as condições económico-financeiras alteraram-se. Pese embora este facto, referiu que o Executivo Municipal quer assegurar que todas as crianças, sem qualquer excepção, tenham acesso às condições educativas de excelência decorrentes do novo conceito de espaço educativo preconizado para o Concelho, pelo que tem vindo a estudar várias soluções para estas freguesias. -----

-- De seguida, o Senhor Carlos Miguel Santos referiu que, nas reuniões das associações de pais, foi mencionado que eram desconhecidas as alterações introduzidas, já no decorrer do ano lectivo, no "Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra" e que, por este motivo, os encarregados de educação tiveram prejuízos, nomeadamente por incumprimento dos prazos de cancelamento de inscrições nas actividades nas interrupções lectivas. Assim, solicitou que a Câmara Municipal procedesse à distribuição de exemplares deste Regulamento. -----

-- A Doutora Paula Cordas informou que o Regulamento está disponível em www.cm-mafra.pt, nos postos de atendimento e nos estabelecimentos de educação e ensino. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou que estas situações

fossem logo comunicadas à Autarquia, com vista à sua pronta resolução, ainda que possam ser abordadas em reunião do Conselho Municipal de Educação. Em seguida, dirigindo-se ao Doutor Alfredo Carvalho, representante do pessoal docente do ensino básico público, informou que já foi adquirido o terreno para a construção da nova Escola Básica do segundo e terceiro ciclos da Ericeira, tendo a Câmara solicitado a marcação de uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido de analisar o reforço das verbas atribuídas para este fim. -----

-- Interveio o Senhor Rui Pais, dizendo que, em reunião de encarregados de educação, foi abordada a falta de abrigos nas paragens de autocarros, designadamente na Póvoa da Galega e Milharado.

-- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foram desenvolvidos os procedimentos concursais para a aquisição de novos abrigos. -----

-- O Senhor José Quintã acrescentou que é necessário um abrigo para a localidade de Monte Gordo.

-- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Paula Cordas, que efectuou a apresentação do Programa Municipal de Combate à Obesidade. Informou que, especificamente nos estabelecimentos do primeiro ciclo do ensino básico, está a ser efectuado o cálculo do Índice de Massa Corporal dos alunos do quarto ano de escolaridade, a fim de detectar situações de pré-obesidade e obesidade, acção esta que é complementada com actividades pedagógicas e formativas. Neste âmbito da prevenção da obesidade, salientou a distribuição de frutas aos alunos do primeiro ciclo, no âmbito do "Regime de Fruta Escolar", sendo que o respectivo folheto contém informação sobre nutrição, dirigida aos pais e encarregados de educação. -----

-- Interveio o Senhor José Quintã, referindo que considera que este projecto é muito interessante. Porém, disse que, na sua opinião, o folheto relativo ao "Regime de Fruta Escolar" pode induzir os pais e encarregados de educação em erro, considerando que as duas peças de fruta distribuídas por semana na escola são suficientes para uma alimentação equilibrada. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Paula Cordas explicou que este folheto tem por objectivo explicar quais são os pilares fundamentais para uma alimentação saudável e, também, qual a importância da actividade física. Relativamente ao consumo de frutas, legumes e hortaliças, referiu-se à informação da Organização Mundial de Saúde, patente naquele folheto. -----

-- Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou que a Autarquia iria estudar a possibilidade de distribuir peças de fruta durante todos os dias da semana. Em seguida, dirigindo-se ao Doutor Agostinho Ribeiro, questionou qual o impacto da alteração dos contratos de associação celebrados pelo Governo com os Colégios Santo André e Miramar. -----

-- Em resposta, o Doutor Agostinho Ribeiro informou que, recentemente, os Colégios tiveram conhecimento de que os contratos de associação em vigor iriam sofrer alterações, nomeadamente cortes na ordem dos trinta por cento. Na sua opinião, e uma vez que o ano lectivo já havia sido iniciado, "as regras foram alteradas no meio do jogo". Mais informou que a associação que representa estas escolas interpôs uma acção em tribunal, considerando que a portaria publicada pelo Governo está ferida de legalidade. Relativamente ao argumento defendido pelo Ministério da Educação para justificar estes cortes, dizendo que não faz sentido que um aluno que frequente as escolas com contrato de associação fique mais caro ao Estado que um aluno que frequente o ensino público, o

Doutor Agostinho Ribeiro afirmou que o mesmo carece de fundamento porque, na sua óptica, o Governo não sabe verdadeiramente quanto custa um aluno numa escola do Estado. Assim, concluiu que esta decisão é mais política e ideológica, do que técnica. Disse ainda que, independentemente de as famílias serem ricas e pobre, até agora os alunos tinham possibilidade de escolha; com esta decisão, apenas os alunos mais ricos poderão frequentar um estabelecimento de ensino privado. No que diz respeito aos Colégios Miramar e Santo André, informou que foram efectuadas as alterações necessárias para que estes funcionem com menos trinta por cento de custos, nomeadamente a reformulação dos horários dos professores e a não admissão de docentes em período experimental, mas sem quaisquer modificações do ponto de vista do currículo. Terminou, dizendo que os Colégios procuraram explicar estas medidas aos encarregados de educação. -----

-- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, mencionando que, independentemente de outras questões, a sua preocupação centra-se no facto destes Colégios serem imprescindíveis para dar resposta à ausência de vagas nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Concelho. -----

--No uso da palavra, a Doutora Isabel Zagalo explicou que estas negociações são feitas ao nível da Secretaria de Estado da Educação e não da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo. Todavia, disse que os custos por aluno, no ensino público, estão devidamente contabilizados, incluindo os professores e os auxiliares. Salientou ainda que, além dos factos atrás referidos, é preciso ter em conta que a população escolar está a decrescer e que existem escolas públicas com um número muito reduzido de alunos, concorrendo directamente com escolas privadas nas suas imediações. Esclareceu que, obviamente, não é esta a situação que ocorre no Concelho de Mafra, mas que é preciso compreender que esta política foi definida para todo o país. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, nesta questão particular, tem de defender os interesses do Concelho de Mafra, no qual os Colégios são necessários para assegurar as necessidades educativas. Na sua opinião, não pode existir uma medida generalizada para todo o país, mas sim devidamente contextualizada, devendo caber às Direcções Regionais essa análise. A este propósito, recordou também que nem sempre os encaminhamentos pedagógicos são os mais adequados, pelo que há que proceder ao reordenamento da rede sob pena da Autarquia continuar a suportar custos muito elevados em transportes escolares. -----

-- A Doutora Isabel Zagalo esclareceu que estas situações podem e devem ser expostas à Direcção Regional de Educação, em sede de reunião de rede. -----

-- Interveio o Senhor José Quintã, dizendo que, como cidadão, considera que devem ser deixados de lado os argumentos legais e antes ponderar os números. O que garante a sustentabilidade de qualquer organização é a maneira como se gere os seus recursos. -----

-- O Doutor Agostinho Ribeiro esclareceu que não há aqui nenhuma atitude de crítica das escolas públicas, pois considera que a concorrência até é positiva. Mais disse que foram divulgados os custos por aluno nas escolas públicas, mas não foi explicado como foram os mesmos calculados. Mencionou que as obras de requalificação do parque escolar, que custam milhões de euros, também aqui deviam ser contabilizadas. -----

-- No uso da palavra, o Doutor Joaquim Sardinha sublinhou que, sem números, esta discussão se

torna estéril. Salientou, ainda, que os Colégios são necessários para completar a oferta educativa no Concelho de Mafra e esse facto é indiscutível. -----

-- O Senhor Pedro Pessoa referiu que, no seu caso pessoal, não teve possibilidade de escolha, tendo frequentado o ensino privado. Considera que, até ao nono ano, o projecto apresentado pelos Colégios é adequado, enquanto que no ensino secundário há aspectos que deveriam ser revistos.

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal colocou à votação a acta número vinte e quatro, que foi aprovada por maioria com treze votos a favor e duas abstenções do Senhor José Quintã e do Doutor António Lopes. -----

-- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Paula Cordas, que efectuou a apresentação do ponto número três, denominado "Utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no primeiro ciclo do ensino básico – Sinopse referente aos Agrupamentos de Escolas". Nos termos do estudo realizado pela Câmara Municipal junto dos Agrupamentos de Escolas, cujos documentos foram previamente distribuídos a todos os membros do Conselho Municipal de Educação, concluiu-se que, dos cento e sessenta e oito professores titulares de turma existentes nas Escolas Básicas do primeiro ciclo do Concelho, quarenta e oito utilizam o computador "Magalhães", o que representa uma percentagem de vinte e oito vírgula seis, e cento e quarenta e cinco utilizam a sala de informática, o que se traduz em oitenta e seis vírgula três por cento. Constatou-se que, destes professores, cento e quarenta e um possuem formação e certificação em novas tecnologias de informação e comunicação, correspondendo a oitenta e três vírgula nove por cento do total. -----

-- O Senhor Rui Pais constatou que a utilização do computador "Magalhães" é reduzida, o que significa que estas práticas ainda não estão devidamente consolidadas no contexto da sala de aula. -----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Helga Leite para a "Apresentação dos resultados dos relatórios clínicos individuais, resultantes da observação odontopediátrica, no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Município de Mafra e a Policlínica de São Pedro da Malveira", conforme o ponto número quatro da ordem de trabalhos. -----

-- A Doutora Helga Leite começou por contextualizar este projecto, dizendo que, na sua prática clínica, verificou a existência de situações de urgência de crianças em idade pré-escolar e, conseqüentemente, a necessidade de efectuar uma acção de prevenção precoce. Após contacto com a Câmara Municipal, foi estudada a possibilidade de celebração de um Protocolo de Colaboração com a Policlínica de São Pedro da Malveira, realizando esta, de forma gratuita, a observação odontopediátrica, com a elaboração de relatório clínico individual, e a sensibilização das crianças para os cuidados de saúde oral, bem como o esclarecimento dos pais e encarregados de educação e a formação de educadores, professores e auxiliares de educação, em matéria de Medicina Dentária Infantil, incluindo informações sobre como prevenir e actuar em caso de traumatismo. Em seguida, efectuou a apresentação dos resultados registados no ano

lectivo de dois mil e nove/ dois mil e dez, nos termos do documento que se anexa à presente acta com a designação de "ANEXO UM". -----

-- Terminada esta apresentação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu toda a colaboração prestada pela Policlínica de São Pedro da Malveira, na pessoa da Doutora Helga Leite.--

-- No uso da palavra, a Doutora Isabel Zagalo classificou este projecto como muito interessante, sobretudo pela sua intervenção ao nível dos Jardins de Infância. Questionou em que moldes são realizadas as acções de sensibilização para os pais e encarregados de educação. -----

-- A Doutora Helga Leite explicou que, mediante convite, os pais e encarregados de educação podem solicitar a realização destas acções, sendo a sua calendarização fixada de acordo com a disponibilidade das partes. -----

-- O Senhor Rui Pais verificou que não foi efectuada a observação odontopediátrica das crianças do Agrupamento de Escolas de Mafra. -----

-- A Doutora Helga Leite respondeu que estão previstas acções naquele Agrupamento de Escolas, mas que, durante o período de tempo em análise, não foi possível proceder à sua realização, dado que as mesmas apenas são promovidas pela própria. -----

-- Sobre a possibilidade de realização de actividades de sensibilização para pais e encarregados de educação, o Senhor Rui Pais informou que iria abordar a mesma em sede de Assembleia Geral.-----

-- O Senhor Carlos Miguel Santos manifestou, também, a sua disponibilidade para promover a organização de sessões de esclarecimento para os pais e encarregados de educação. -----

-- Interveio o Senhor José Quintã, dizendo que o factor humano é, efectivamente, o factor diferenciador no desenvolvimento social. Saudou a iniciativa da Doutora Helga Leite, lamentando que, de alguma forma, a mesma tenha sido colocada em causa na Assembleia Municipal por manifesto desconhecimento. Mais disse que considera que este projecto deve ser publicitado, inclusivamente a nível nacional. -----

-- Tomou a palavra a Doutora Susana Correia, lançando um repto à Doutora Helga Leite para que realize este projecto também nas Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

-- Novamente no uso da palavra, o Senhor Rui Pais endereçou agradecimentos à Doutora Helga Leite, saudando o projecto. Questionou a razão pela qual é feita publicidade a uma churrasqueira, aquando da entrega de sacos promocionais aos alunos. -----

-- Em resposta, a Doutora Helga Leite explicou que a Policlínica de São Pedro da Malveira conta com o patrocínio de algumas empresas do Concelho, a fim de minimizar os custos associados à concretização destas acções, que são gratuitas para os alunos. -----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto número cinco, intitulado "Protecção Civil – Sessões de sensibilização à comunidade educativa", dando a palavra à Doutora Cidália Soares. -----

-- A Doutora Cidália Soares saudou a possibilidade dos membros do Conselho Municipal de Educação poderem participar na elaboração da ordem de trabalhos das reuniões, situação que não sucede noutros órgãos dos quais também faz parte. De seguida, questionou a Câmara

Municipal de Mafra sobre a existência de actividades de sensibilização à comunidade educativa no âmbito da Protecção Civil, especificamente para as crianças dos Jardins de Infância. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Paula Cordas, que explicou que a actividade pedagógica desenvolvida pela Protecção Civil, e especialmente dedicada à comunidade educativa, incide na elaboração ou no apoio à elaboração de Planos de Emergência dos estabelecimentos de educação e ensino, mas também na realização de acções de sensibilização e formação. Neste último âmbito, em dois mil e dez foram realizadas cento e noventa e quatro sessões, nas áreas da sensibilização, visitas, formação de colaboradores, apresentação de agentes de Protecção Civil, exercícios de evacuação e simulacros, tendo como públicos-alvo as crianças e alunos dos vários níveis de ensino, professores, assistentes operacionais e outros colaboradores. Para o ano de dois mil e onze, está prevista a conclusão da elaboração dos Planos de Segurança de todos os estabelecimento de educação e ensino do Concelho, assim como a realização de, pelo menos, um exercício de evacuação em todos os estabelecimentos de educação e ensino, de uma apresentação de agentes de Protecção Civil em cada uma das quatro Escolas Básicas do segundo e terceiro ciclos e três apresentações nos Colégios ou Escola Secundária, de uma acção de sensibilização e formação para pais e encarregados de educação em cada um dos quatro Agrupamentos de Escolas e de uma acção de sensibilização a cada turma do primeiro ano do primeiro ciclo de todas as Escolas Básicas. -----

-- Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal mostrou aos membros do Conselho Municipal de Educação um exemplar dos *kits* de emergência, constituído por um estojo de primeiros socorros, bússola, lanterna, apito, rádio com lanterna incorporada e um exemplar do "Guia do Concelho de Mafra" e do "Manual de Segurança e Autoprotecção do Múncipe", que foram distribuídos às turmas de todos os estabelecimentos de ensino do Concelho. Explicou que, complementarmente, foram concebidos e distribuídos cartazes com instruções gerais de segurança por todas as salas das escolas do Concelho. -----

-- De novo no uso da palavra, a Doutora Cidália Soares disse que, enquanto representante da Segurança Social, abordou este tema no sentido de tomar conhecimento do trabalho desenvolvido e promover a sua difusão, considerando-o muito meritório. -----

-- Terminada a discussão deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Educadora Helena Leocádio para efectuar a "Divulgação da Semana da Infância do Agrupamento de Escolas Professor Armando de Lucena – Malveira". -----

-- A Educadora Helena Leocádio mostrou aos presentes os cartazes de divulgação deste projecto, descrevendo as actividades que se realizam nos vários estabelecimentos de ensino do Agrupamento. A "Semana da Infância" pretende promover o conceito de "escola aberta à comunidade", fomentando o contacto dos alunos com a realidade local envolvente. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal congratulou o Agrupamento de Escolas Professor Armando de Lucena – Malveira pela organização deste oportuno projecto. -----

-- Nada mais havendo a tratar, a reunião do Conselho Municipal de Educação de Mafra foi dada

por encerrada quando passavam cinquenta e sete minutos das onze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----